

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: O Estado do ParanáClass.: 1436Data: 08.11.86

Pg.: _____

**190 Funai simula conflitos
entre índios, diz Marés**

“A situação do Toldo Chimbanguê não é um fato isolado. Este tipo de conflito vem acontecendo no Brasil inteiro e a posição da Funai é sempre a mesma: simula conflito entre os próprios índios, mantendo-se aparentemente numa posição de neutralidade, com a finalidade de manter o domínio sobre as reservas indígenas”. A advertência foi feita ontem pelo advogado da Comissão Nacional Pró-Índio - entidade sediada em São Paulo - e secretário Municipal de Cultura de Curitiba, Carlos Frederico Marés de Souza. A respeito do conflito existente na área do Toldo Chimbanguê, no município catarinense de Chapecó. No último sábado, funcionários da Funai e um grupo de índios caingangues vindos de Guarapuava invadiram a área e expulsaram 30 famílias de índios que viviam ali.

Segundo Marés, “a Funai organiza este tipo de conflito e depois apresenta a solução para o caso, que é a diminuição das terras indígenas”. Entretanto, até ontem a solução continuava inalterada, com as famílias expulsas impedidas de voltar ao Toldo, embora haja uma ação judicial que garanta essa volta. A Polícia Militar de Santa Catarina organizou barreiras na entrada da área, só permitindo a entrada de pessoas autorizadas judicialmente. Ainda ontem, o superintendente da Funai no Paraná e Santa Catarina, Edivio Batistelli, também foi a Chapecó, esperando pôr fim ao conflito. Segundo funcionários do órgão em Curitiba, Batistelli esteve reunido com o advogado preparando uma informação para ser usada no julgamento do “habeas corpus” aos índios expulsos, que deveria ocorrer também ontem.

Segundo o advogado do Conselho Missionário Indigenista (CIMI) - entidade que atua no local em defesa dos índios - Júlio Gaiger, o órgão vai aguardar um contato com a Procuradoria da República para depois agir contra “a desobediência da ordem judicial” que vem ocorrendo. Ontem, o CIMI organizou uma comissão para ir até

a área invadida, mas não foi porque não conseguiram proteção policial. “A PM só entra se houver novo conflito e, enquanto isso, a violência continua, já que as famílias expulsas ainda não conseguiram voltar. Ele também acusou a Funai de não assumir a responsabilidade pela expulsão dos invasores e de estar agindo com “lerdeza” na questão.

Tanto Júlio como Marés contestaram o argumento utilizado pelo superintendente da Funai para explicar o conflito, afirmando que se tratava do reconhecimento do direito dos índios puros com relação a outros mestiços, que, por serem em maior número, tinham conseguido eleger o cacique e as principais lideranças indígenas. “Não existe critério científico para se dizer se um índio é puro ou não, mesmo porque no Sul do Brasil não existem mais índios puros e mesmo os que assim se dizem têm algum sangue branco”, disse Júlio. Para Marés, que lembrou que os caingangues não são uma raça pura, “a Funai tentou, na época da ditadura, estabelecer critérios de indianeidade, o que facilitava o seu trabalho quando se envolvia em conflitos; então ela determinava que certo grupo não era índio”.

O advogado do CIMI contestou também o fato de a Funai estar questionando as atuais lideranças dos caingangues. Segundo ele, os líderes foram eleitos no dia 8 de agosto, “em escrutínio livre e com a participação de funcionários da Funai e da imprensa, provando a sua legitimidade”. Ele também negou que haja um conflito entre a Funai e o CIMI e disse que esta entidade só permanece na área porque sua presença foi solicitada pela comunidade. Ele reforçou a tese de que a Funai está interessada apenas em manter o controle das comunidades que historicamente lutam contra o seu poder e que apontam as suas falhas”. Segundo Marés, utilizando esse artifício a Funai está “pior do que na época da ditadura, quando, apesar da corrupção, ainda era possível aos índios conseguir alguma coisa através de pressões”.